



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA
ENG1530 - ADM. E FINANÇAS PARA ENGENHARIA
TURMA: C04
PROFESSOR: LUIS GUILHERME MAGALHÃES

INFLAÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA

DANILO FERNANDO OLIVEIRA

GUSTAVO BORBA MARTINS

HERICSON RAMOS MONTEIRO MARTINS

MARCOS VINICIUS DE LIMA FRANÇA

MATHEUS MACHADO

PAULO RICARDO MOREIRA LAMAR

GOIÂNIA, 01 DE JUNHO DE 2013.

DANILO FERNANDO OLIVEIRA
GUSTAVO BORBA MARTINS
HERICSON RAMOS MONTEIRO MARTINS
MARCOS VINICIUS DE LIMA FRANÇA
MATHEUS MACHADO
PAULO RICARDO MOREIRA LAMAR

INFLAÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção de aprovação na disciplina ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PARA ENGENHARIA, no curso de Engenharia Elétrica, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

GOIÂNIA, 01 DE JUNHO DE 2013.

INTRODUÇÃO

Um dos índices mais discutidos em todo o mundo, a inflação tem sua origem na economia de mercado. Está ligada diretamente ao poder de compra do consumidor e no poder do Estado em controlá-la. Seus efeitos podem ser devastadores em uma economia fraca. No Brasil, a palavra inflação persegue o brasileiro desde a época da industrialização, promovida por Jucelino, quando os índices começaram a aumentar e atingir seu ápice na década de 80. No período atual passamos por uma calmaria, apenas abalada por uma ou outra crise internacional. Os atuais índices inflacionários medidos pelos institutos oficiais demonstram isso.

O presente trabalho é sobre Inflação, mais concretamente abordando o conceito de inflação, como ela influencia o dia a dia das pessoas e das empresas, mostrando como e em que situação a inflação é benéfica para as pessoas e empresas. Analisaremos também, o conceito de correção monetária e quais as diferenças com relação à inflação.

Sumário

INTRODUÇÃO	3
1. CONCEITO DE INFLAÇÃO	5
2. TEORIAS PARA A ORIGEM DA INFLAÇÃO	8
2.1. Teoria quantitativa:	8
2.2. Teoria Keynesiana.....	9
2.3. Inflação de custos.....	9
3. INFLUÊNCIA DA INFLAÇÃO NO DIA A DIA	10
4. CAUSAS DA INFLAÇÃO	12
4.1. Hiperinflação	12
5. CORREÇÃO MONETÁRIA	13
5.1. Diferença entre inflação e correção monetária	14
CONCLUSÃO	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	16
ANEXOS	17

1. CONCEITO DE INFLAÇÃO

Inflação é um conceito econômico que representa o aumento de preços dos produtos num determinado país ou região, durante um período. Num processo inflacionário o poder de compra da moeda cai.

Exemplo: num país com inflação de 10% ao mês, um trabalhador compra cinco quilos de arroz num mês e paga R\$ 10,00. No mês seguinte, para comprar a mesma quantidade de arroz, ele necessitará de R\$ 11,00. Como o salário deste trabalhador não é reajustado mensalmente, o poder de compra vai diminuindo. Após um ano, o salário deste trabalhador perdeu 120% do valor de compra.

Os processos inflacionários podem ser classificados, segundo algumas características como:

- *Inflação prematura* - processo inflacionário gerado pelo aumento dos preços sem que o pleno emprego seja atendido.
- *Inflação reprimida* - processo inflacionário gerado pelo congelamento dos preços por parte do governo.
- *Inflação de custo* - processo inflacionário gerado pelo aumento dos custos de produção.

Por causa de uma redução na oferta de fatores de produção, o seu preço aumenta. Com o custo dos fatores de produção mais altos, a produção se reduz e ocorre uma redução na oferta dos bens de consumo aumentando seu preço. A inflação de custo ocorre *ceteris paribus* quando a produção se reduz.

- *Inflação de demanda* - processo inflacionário gerado pelo aumento do consumo com a economia em pleno emprego. Ou seja, os preços sobem por que há aumento geral da demanda sem um acompanhamento no crescimento da oferta.

Esse tipo de inflação é causada também pela emissão elevada de moeda e aumento nos níveis de investimento, pois, *ceteris paribus*, passa a haver muito

dinheiro à cata de poucas mercadorias. Uma das formas utilizadas para o controle de uma crise de inflação de demanda, é uma redução na oferta de moeda, que gera uma redução no crédito, e conseqüente desaceleração econômica. Outras alternativas são os aumentos de tributos, elevação da taxa de juros e das restrições de crédito.

Há ainda aqueles que discutem a chamada *inflação (por razão) estrutural*, proposta pela CEPAL, que tem a ver com alguma questão específica de um determinado mercado, como pressão de sindicatos, tabelamento de preços acima do valor de mercado (caso do salário mínimo), imperfeições técnicas no mecanismo de compra e venda.

Outro tipo de inflação, também muito danoso, é a *Inflação inercial*, onde há um círculo vicioso de elevação de preços, taxas e contratos, com base em índices de inflação passados. Quase na mesma linha, podemos citar ainda a *Inflação de Expectativas*, consequência de um aumento de preços provocados pelas projeções dos agentes sobre a inflação.

Os índices de preços, ou de inflação, são, portanto, indicadores que procuram mensurar a evolução do nível de preços. É um número que está associado à média ponderada dos preços de um conjunto de produtos, denominado cesta, em um determinado período. Assim, se de um mês para o outro determinado índice de preços sofre uma elevação de 0,6%, por exemplo, significa que os preços que fazem parte da cesta correspondente a esse índice aumentaram, em média, 0,6%.

Há diversos índices que são utilizados para medir a inflação, cada um com metodologia de cálculo própria e com utilização específica. Para aferir, por exemplo, a variação dos preços dos produtos finais consumidos pela população, usa-se o índice de custo de vida (ICV) ou o índice de preços ao consumidor (IPC), tomando por base os produtos de consumo de uma família-padrão para toda a sociedade ou certa classe. Para medir a variação nos preços dos insumos e fatores de produção e demais produtos intermediários, usam-se índices de preços ao produtor ou o índice de preços no atacado (IPA). A inflação no Brasil levou à criação de muitos índices diferentes para medir a inflação e corrigir a desvalorização da moeda. Atualmente, os principais são:

IPC Fipe - Índice de Preços ao Consumidor, calculado pela FIPÉ/USP (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo), mede a variação dos preços de produtos e serviços, no município de São Paulo, para famílias que ganham entre um e vinte salários mínimos.

IGP-M - Índice Geral dos Preços do Mercado, calculado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas). A coleta de preços é feita entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês corrente, com divulgação no dia 30. É composto por três índices: Índice de Preços no Atacado (IPA), Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), que representam 60%, 30% e 10%, respectivamente, do IGP-M. É um dos índices mais utilizados.

IPC - Índice de Preços ao Consumidor, calculado pela FGV, mede a inflação para famílias com rendimentos entre um e 33 salários mínimos, em São Paulo e no Rio de Janeiro. O IPC representa 30% do IGP-M. Este índice é calculado para três intervalos diferentes e compõe os demais índices calculados pela FGV (IGP-M, IGP-DI e IGP-10) com um peso de 30%.

IPA - Índice de Preços no Atacado, calculado pela FGV, com base na variação dos preços no mercado atacadista. Este índice é calculado para três intervalos diferentes e compõe os demais índices calculados pela FGV (IGP-M, IGP-DI e IGP-10) com um peso de 60%.

INCC - Índice Nacional do Custo da Construção, calculado pela FGV, mede a variação de preços de um conjunto (cesta) de produtos e serviços utilizados pelo setor de construção civil. Este índice é calculado para três intervalos diferentes e compõe os demais índices calculados pela FGV (IGP-M, IGP-DI e IGP-10) com um peso de 10%.

IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna. É calculado pela FGV entre o primeiro e o último dia do mês. Sua divulgação ocorre por volta do dia 10 do mês seguinte. Mede os preços que afetam diretamente a atividade econômica do País, excluídas as exportações. A exemplo do IGP-M, também é composto pela média ponderada do IPC, IPA e INCC, calculados para o respectivo período.

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além do Distrito Federal e do município de Goiânia. Mede a variação nos preços de produtos e serviços consumidos pelas famílias com rendas entre um e oito salários mínimos. O período de coleta de preços vai do primeiro ao último dia do mês corrente e é divulgado aproximadamente após o período de oito dias úteis. É o índice mais utilizado.

IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado. É calculado pelo IBGE nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além do Distrito Federal e do município de Goiânia. Mede a variação nos preços de produtos e serviços consumidos pelas famílias com rendas entre um e quarenta salários mínimos. O período de coleta de preços vai do primeiro ao último dia do mês corrente e é divulgado aproximadamente após o período de oito dias úteis.

ICV - Índice do Custo de Vida, calculado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) mede a variação dos preços em quatro grupos: alimentação, transportes, saúde e habitação. A pesquisa é realizada no município de São Paulo, pegando todas as faixas de renda. O período de coleta de preços vai do primeiro ao último dia do mês corrente e o índice é divulgado aproximadamente no início da 2ª quinzena do mês seguinte.

ICVM - Índice do Custo de Vida da Classe Média. Calculado pela Ordem dos Economistas, a pesquisa é realizada no município de São Paulo tomando como base as despesas das famílias que tenham uma renda mensal na faixa entre dez e quarenta salários mínimos. O período de coleta de preços vai do primeiro ao último dia do mês corrente e o índice é divulgado aproximadamente no décimo dia de mês seguinte.

2. TEORIAS PARA A ORIGEM DA INFLAÇÃO

2.1. Teoria quantitativa:

A teoria quantitativa, é a quantidade de dinheiro circulante no sistema econômico - base monetária - que determina o nível dos preços. A razão entre a quantidade de dinheiro e as transações anuais do sistema, depende da frequência com que se pagam salários, da estrutura da economia e dos hábitos de poupança e consumo da população. Na medida em que esses fatores permaneçam constantes, o nível de preços será diretamente proporcional ao fluxo de dinheiro e inversamente proporcional ao volume físico da produção. Essa teoria, formulada por David Hume no século XVIII.

2.2. Teoria Keynesiana

A teoria econômica de Keynes afirma que a inflação deriva das tentativas de consumir mais bens e serviços do que o sistema econômico pode produzir. Se os gastos do governo são maiores do que a diferença entre a produção e o consumo, diz-se que há uma lacuna inflacionária. O mercado preenche essa lacuna aumentando os preços até um patamar em que seja suficiente para acomodar os gastos públicos. Essa teoria foi invalidada pela prática, nas décadas posteriores à segunda guerra mundial, quando o processo inflacionário se instalou em vários países sem prévia existência de lacunas inflacionárias.

2.3. Inflação de custos

O terceiro enfoque do problema inflacionário supõe que os preços das mercadorias são determinados por seus custos, ao passo que a provisão de dinheiro é responsável pela demanda. Nessas circunstâncias, o aumento dos custos pode gerar uma pressão inflacionária que se perpetua por meio da "espiral preço-salário". Admite-se que os assalariados e os capitalistas aspiram a parcelas do produto nacional que, somadas, ultrapassam o total anualmente produzido, em situação de pleno emprego. Da impossibilidade de satisfazer os dois grupos ao mesmo tempo surge o embate entre eles, que é a origem da espiral preço-salário. Os assalariados, quando insatisfeitos, demandam aumentos salariais. Os capitalistas atendem a essas exigências, pelo menos em parte (geralmente após longa negociação), e diminuem seus lucros, num primeiro momento. Em seguida, porém, aumentam os preços, para neles embutir o aumento de custos da produção.

Com isso, diminui o poder de compra dos assalariados, que irão, novamente, reivindicar aumento de remuneração.

3. INFLUÊNCIA DA INFLAÇÃO NO DIA A DIA

A inflação influencia bastante na vida das pessoas, mais o salário das pessoas também influencia a inflação. Na alimentação por exemplo o preço de alimentos descolaram da inflação em geral e subiram mais de 30%. Enquanto o índice de preços ao consumidor subiu 6,43% até março, os preços das frutas, verduras e legumes acumularam altas em 33,36%. Até mesmo em datas comemorativas, como por exemplo o almoço de páscoa o preço ficou mais caro tendo-se em vista o do que foi gasto no ano passado na mesma data. As famílias desembolsaram 19% a mais em 2013 do que em 2012.

Dessa forma logo pensamos, “os preços sobem, mas os salários continuam os mesmos”. A relação que podemos tirar entre nossos salários e da alta dos alimentos é que tem mais gente querendo comprar um produto do que a quantidade disponível no mercado.

Se houve uma melhora no aumento dos salários, por outro lado a produção do país quase não melhorou, economia cresceu apenas 0,9%. Dessa maneira se o salário das pessoas melhorou assim vão comprar mais, mas como a oferta quase não aumentou, existe maior procura do que oferta e assim os preços certamente subirão.

Outro fator que vale lembrar em relação a inflação, é que o aumento da inflação não se deve apenas ao aumento de salários, e sim a muitos fatores. Há 20 anos com incentivos de programas sociais como o bolsa família, mais de 29 milhões de brasileiros deixaram a pobreza. Dessa forma quase 30 milhões de pessoas que não podiam comprar, passaram a integrar o mercado consumidor brasileiro, aquecendo o varejo, e como consequência os preços sobem.

Assim não podemos deixar de perceber que a economia funciona de forma integrada e única, todo comportamento social afeta a economia.

A inflação abrange desde simples serviços, como lavanderias e cabeleireiro, até alugueis. Como não pode ser importadas ou exportadas, esses serviços não tem concorrência dos estrangeiros, o que tende a aumentar os seus preços. Quando se tem muita oferta do mesmo serviço os preços podem cair.

A economia brasileira ainda traz para o presente inflações passadas, caso dos valores dos alugueis, reajustados em grande parte por índices dos preços. Vira um ciclo vicioso de contágio: uma alta de alimentos no atacado pode fazer o IGP-M (registra as variações no atacado, no varejo e na construção civil) subir, o índice vai ser usado para registrar o aluguel, o valor da moradia vai ser captado pelo IPCA (mede os preços no varejo e se refere as famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos), o IPCA mais alto vai afetar os reajustes de salários, com mais renda para consumo, o varejo sobe os preços, e começa tudo de novo.

No Brasil chamada de atualização monetária os ajustes contábeis e financeiros, realizados com o intuito de se demonstrar os preços de aquisição em moeda em circulação no país, em relação ao valor de outras moedas (ajuste cambial) ou índices de inflação ou cotação do mercado financeiro. Na economia é chamado de “Correção Monetária”, ou seja um ajuste feito periodicamente de certos valores na economia tendo em base o valor da inflação de um período, objetivando compensar a perda de valor da moeda.

Até o ano de 1994, em função da hiperinflação, no Brasil os balanços eram demonstrados com os ajustes denominados de “Correção Monetária de Balanços”. Para fins de contabilidade tributária, os itens permanentes do Balanço (basicamente Ativo Permanente e Patrimônio Líquido) eram ajustados em função de um coeficiente fornecido pelo governo (com base em algum índice de inflação). Nesse caso, havendo saldo credor da correção monetária, o valor era ainda ajustado pelas variações monetárias, que poderiam aumentar ou reduzir o saldo a ser tributado pelo imposto de renda. Esse sistema foi criado pelo DL 1.598/77, em função da preocupação com o acréscimo ao lucro de valores tido como não-financeiros (ajustes decorrentes da inflação), o que poderia resultar em impostos a pagar sem que as empresas tivessem de fato o numerário em caixa. Tal entendimento não era majoritário entre os acadêmicos da classe contábil, mas

continuou durante muitos anos como um dos principais "incentivos tributários" às empresas brasileiras com vultosos ativos imobilizados (indústrias, principalmente).

4. CAUSAS DA INFLAÇÃO

Podemos citar algumas causas da inflação:

- Emissão exagerada de moeda por parte do Governo.
- Aumento do consumo (maior que a capacidade de produção do país)
- Aumento no custo de produção (Máquinas, matéria-prima, mão de obra)

Os problemas causados pela inflação são evidentes quando a taxa de inflação é alta (superior a dois dígitos), pois recursos escassos da economia são alocados de forma ineficiente para o mercado financeiro, ocorre uma variação excessiva nos preços relativos, impõe-se um imposto inflacionário que recai majoritariamente sobre os mais pobres e, normalmente, inicia-se um processo cumulativo que pode levar à hiperinflação. No entanto, os custos da inflação não são tão claros quando a inflação é baixa, ou seja, para uma taxa de inflação de um dígito por ano. Com efeito, os estudos empíricos dos efeitos da inflação sobre o bem-estar não são conclusivos e, em alguns casos, apontam para a existência de uma relação positiva entre inflação e crescimento no longo prazo.

Os potenciais benefícios de uma inflação baixa incluem a facilitação dos ajustamentos no mercado de trabalho, pois na medida em que os salários são rígidos para baixo, a inflação permite que uma redução no salário real seja empreendida sem que haja cortes no nível de emprego. As evidências empíricas para os Estados Unidos coletados por Groshen e Schweitzer (1997) sobre este efeito, apontam para a sua operação quando a inflação se encontra em até 5%. Alguma inflação também é importante para manter a economia distante de um problema ainda maior, a deflação, cujos efeitos nocivos sobre o sistema econômico foram mais do que comprovados pela Grande Depressão de 1929.

4.1. Hiperinflação

Consideramos a hiperinflação quando a inflação atinge níveis acima dos padronizados, de acordo com muitos economistas uma hiperinflação é

considerada quando se atinge um reajuste de 50% mensal, tendo em vista que o Brasil tem como meta 4,5% de inflação mensal.

Em 1980 Brasil atingiu uma época de Hiperinflação que durou ao menos 15 anos, no qual o reajuste anual chegou a 764% (1994), diariamente supermercados e comércios remarjavam preços de produtos que rapidamente sumiam das prateleiras. Grande parte da população estocava produtos em casa devido aos absurdos preços que eram reajustados devido à alta inflação.

5. CORREÇÃO MONETÁRIA

Também chamada de Atualização Monetária, é o reajuste periódico de certos preços na economia pelo valor da inflação de um período, com o objetivo de compensar a perda do poder aquisitivo da moeda. No Brasil, a Atualização Monetária é considerada pelo Conselho Federal de Contabilidade como um Princípio Fundamental de Contabilidade.

Até 1994, o Brasil sofria com os altos índices da inflação, os ajustes que eram feitos na economia eram considerados como Correção Monetária de Balanço, que tinha uma regulamentação determinada pelo governo federal. Atualmente, as correções econômicas são denominadas pelo Princípio da Atualização Monetária, por isso é comum se deparar com a utilização de dois termos: Atualização Monetária ou Correção Monetária. Passado o período em que o país sofreu com a hiperinflação, os novos reajustes na economia são baseados nas altas taxas de juros que as instituições financeiras praticam.

Assim, a Atualização ou Correção Monetária é praticada atualmente no país com o intuito de regular os valores da economia, baseando-se no preço da moeda, nos índices da inflação e na cotação do mercado financeiro. Tais ajustes são praticados periodicamente.

O país viveu momentos financeiros diferentes que atingiram diretamente a capacidade aquisitiva da população e a cotação da moeda. Até o ano de 1994, a moeda brasileira sofria com imensa desvalorização, os índices de inflação eram registrados em grandes marcas diariamente. Situações pitorescas como o produto

ter um determinado valor pela manhã e outro diferente e elevado na parte da tarde era comum. Algumas vezes a inflação atingia 150%.

A salvação arquitetada para a situação econômica brasileira foi desenvolvida a partir do final do ano de 1993. O Plano Real visava justamente garantir maior estabilidade para a moeda nacional e controlar os índices inflacionários que reduziam sobremaneira o poder aquisitivo da população. Todo o planejamento econômico foi desenvolvido no governo do presidente Itamar Franco sob a responsabilidade do Ministro Fernando Henrique Cardoso.

O modelo econômico desenvolvido pelo Plano Real culminou com a edição de uma nova moeda brasileira, o Real. A estratégia se mostrou vitoriosa, pois conseguiu de fato aumentar a capacidade aquisitiva da população, retirar parte dos brasileiros da linha de miséria, manter a estabilidade da moeda nacional e controlar significativamente as taxas inflacionárias. Entretanto, para garantir o sucesso da nova moeda, foi desenvolvida paralelamente uma política de privatizações em alta escala para garantir dinheiro aos cofres públicos suficientes para manter a equivalência de um para um do Real com o Dólar.

Passados muitos anos da introdução do novo modelo econômico no Brasil, o Real representa estabilidade financeira, hoje. Mesmo com a política de equivalência da moeda tendo sido substituída pela política do Câmbio Flutuante. Grande parte da população chegou à classe média, representando a maior parte da população brasileira atual.

5.1. Diferença entre inflação e correção monetária

A inflação é um fenômeno que pode ser definido como uma redução do poder aquisitivo de uma moeda ou como um aumento do nível geral de preços de forma continuada. A correção monetária é um indexador que acompanha a valorização da moeda em um determinado período de tempo gerado pela inflação, no intuito de resguardar essa desvalorização.

CONCLUSÃO

Ao final desse trabalho pode-se concluir e obter maiores conhecimentos através do tema inflação e correção monetária entre os quais destacamos os tipos, as descrições, indicadores, teorias entre outros, no qual podemos fazer uso de diversos índices de medição inflacionária para projetar futuros ou atuais problemas que podem ou poderão ser causados pela mesma.

Dessa forma, após uma pesquisa e análise minuciosa sobre o assunto, que a inflação está diretamente ligada ao poder de compra do consumidor e no poder do Estado em controlá-la, e que seus efeitos podem ser devastadores em uma economia fraca. Portanto afirmamos que uma economia é inflacionária quando os preços aumentam continuamente e por um longo período de tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRIGHAM, Eugene F. **Administração Financeira - Teoria e Prática**. 13ª ed.
- NETO, Alexandre Assaf. **Mercado Financeiro**. 11ª ed.
- WESTON, J. Fred. **Fundamentos da Administração Financeira**.
- OREIRO, José Luis / PADILHA, Rodrigo Ayres. **Inflação e Crescimento no Longo Prazo**.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis. **Hiperinflação, crescimento e reformas**. Editora campus - tema economia brasileira.
- VIANNA, Pedro Jorge Ramos. **Inflação**. Editora Manole.
- <http://www.infoescola.com/economia/correcao-monetaria/>

ANEXOS

